

Dívida: aprovado o acordo.

O entendimento prévio com o Clube de Paris já tem condições para existir de fato, com a assinatura formal: o Senado Federal concedeu no final da noite de ontem, em Brasília, autorização para que o governo assine o acordo de reescalonamento de US\$ 5 bilhões, ajustado em agosto com as agências oficiais de crédito dos países desenvolvidos, reunidas no âmbito do Clube de Paris.

Os senadores Itamar Franco (sem partido-MG) e Jamil Hadad (PSB-RJ) tentaram obstruir a votação da matéria, dando entrada inclusive com um pedido para que fosse retirada da pauta, mas o máximo que conseguiram foi um atraso de duas horas. Se tivessem conseguido adiar a votação para março, o Brasil teria dificuldades para continuar assinando novos empréstimos junto às agências oficiais dos países credores.

Apesar de já ter sido acertado, e de o Brasil já ter assinado o acordo prévio com o Clube de Paris, é preciso a assinatura formal para que ele passe a existir de fato, explicou ontem o senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), presidente da Comissão Especial da Dívida Externa do Congresso Nacional.

Carlos Chiarelli e seu colega Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) relator da Comissão da Dívida Externa, divulgaram manifesto em que repudiam a assinatura dos acordos assinados pelo Brasil com os bancos credores, Fundo Monetário Internacional e Clube de Paris. Chiarelli observou que a nova Constituição obriga a aprovação de acordos deste tipo pelo Congresso Nacional, e que o Executivo havia tentado passar por cima do Legislativo, assinando os acordos antes da promulgação da Carta constitucional.

O senador argumentou que a tentativa de sustar a formalização do acordo com o Clube de Paris era uma forma de o Congresso protestar contra a condução da política de renegociação da dívida.